

A atual região serrana fluminense e seus espaços: economias perdedoras, institucionalidades desarticuladas e realidades sociais perversas

Jorge Luiz Alves Natal*

Daniel de Oliveira Costa**

Daniel de Miranda***

Resumo

Este artigo tem como recorte geográfico a região serrana (RS) do Rio de Janeiro. Cronologicamente, ele se inscreve no período pós-1995, em especial na primeira década do século XXI. Com base nas experiências e leituras prévias dos autores, bem como nas referências positivas associadas à região serrana fluminense, como seu clima ameno e sua vegetação exuberante, são examinadas as seguintes questões: 1) Por que, no contexto estadual, essa região é historicamente perdedora?; 2) Por qual motivo ela é desarticulada política e institucionalmente; 3) Por que a RS é socialmente perversa com suas maiorias populacionais; e por fim, 4) Qual a razão do seu problemático desenvolvimento? Nesse último ponto, é dada atenção ao papel das maiorias populacionais, sobretudo da classe trabalhadora.

Palavras-chave: região serrana fluminense, dinâmica econômica, dinâmica espacial, condições de vida.

* Doutor em Ciências Econômicas, professor aposentado do IPPUR/UFRJ e pesquisador do CNPq.
E-mail: jlanatal@gmail.com.

** Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ e pesquisador do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva – IESC/UFRJ.
E-mail daniel.solon48@gmail.com

*** Geógrafo. Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).
E-mail: flamengo.demiranda@gmail.com

Artigo recebido em 13.09.2015 e aceito em 04.12.2015.

Abstract

The current Fluminense mountainous region and its space – losing economies, disjointed institutionalities and perverse social realities

This article aims to examine three aspects: the mountain region as a loser in the context of the state Rio de Janeiro (RJ) - indeed, as it has since the mid-1990s; its political and political-institutional disarticulation; and the fact that Rio de Janeiro mountain region show up socially perverse with its majority population, which, in part, is an expression of its low economic dynamism and pointed dislocations. Finally, here are two thoughts: the development of the region in the context state and the place of the mass of workers and destitute in general in its own sphere.

Key words: the mountain region of the state Rio de Janeiro (RJ), economic dynamism, living conditions.

1. Localizando o espaço-objeto¹: traços gerais

É comum a associação da região serrana fluminense às cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Por suposto, municípios menos destacados poderiam ser arrolados. Tal listagem depende, é certo, da regionalização adotada. Aqui, resolveu-se, de início, escolher a listagem fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E isso foi feito por uma razão: essa instituição é a mais importante produtora de dados estatísticos do e sobre o país. Isso pontuado, segue a listagem das cidades que compõem, neste artigo, a região serrana: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Santa Maria Madalena, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes. Como se verifica, o espaço-objeto analisado abarca 14 municípios.

Vencida a etapa de definição dos municípios com que trabalhar, impõe-se um novo desafio: eles devem ser considerados em bloco ou dispostos conforme as microrregiões do IBGE? Nesse quesito, os autores seguiram a segunda alternativa, tendo como referência suas experiências e leituras prévias sobre a realidade serrana. Os municípios foram, então, dispostos nos seguintes agrupamentos: Nova Friburgo (Bom Jardim, Duas Barras, Sumidouro e N. Friburgo); Serrana (Petrópolis, Teresópolis e S. J. do Vale do Rio Preto); Santa Maria Madalena (São Sebastião do Alto, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena); Cantagalo-Cordeiro (Carmo, Macuco, Cantagalo e Cordeiro). Por fim, mais uma vez com base em experiências pessoais e estudos anteriores, essa regionalização foi redefinida, obtendo a formação exposta no Quadro I.

Quadro I: Nova regionalização dos municípios serranos

SUB-REGIÃO				
NOVA FRIBURGO	SANTA MARIA MADALENA	CANTAGALO-CORDEIRO	PETRÓPOLIS	TERESÓPOLIS
Bom Jardim	São Sebastião do Alto	Carmo	Petrópolis	Teresópolis
Duas Barras	Trajano de Moraes	Macuco	São José do Vale do Rio Preto	–
Sumidouro	Santa Maria Madalena	Cantagalo	–	
Nova Friburgo	–	Cordeiro	–	

Fonte: IBGE/Censo 2010.

O quadro apresenta três mudanças: criação de duas novas sub-regiões – Petrópolis e Teresópolis; eliminação da microrregião serrana; inscrição do município de São José do Vale do Rio Preto na sub-região de Petrópolis. As explicações desses

rearranjos são as seguintes: Nova Friburgo possui uma relação mais forte com os municípios mencionados na primeira coluna do quadro anterior, pelo fato de ser uma espécie de “capital regional”; a interação de Nova Friburgo com os municípios de Teresópolis e, especialmente, de Petrópolis é quase inexistente; o município de São José do Vale do Rio Preto, antes fração territorial de Petrópolis, tem neste último município, dada a fragilidade econômica, sua “capital regional”; Teresópolis, em função de sua geografia e de seus vínculos econômicos, guarda relações mais estreitas com a Baixada Fluminense, via Guapimirim, que propriamente com seu entorno regional serrano; por último, conquanto a microrregião serrana reúna os três municípios mais conhecidos da chamada RS, é mais ou menos evidente que estes possuem nexos frágeis ou mesmo irrisórios.

Para visualizar melhor a redefinição da região serrana com seus municípios e sub-regiões, vide o Quadro II.

Quadro II: População municipal por suas perspectivas sub-regiões, 2010

SUB-REGIÃO				
NOVA FRIBURGO	SANTA MARIA MADALENA	CANTAGALO-CORDEIRO	PETRÓPOLIS	TERESÓPOLIS
MUNIC./POP.	MUNIC./POP.	MUNIC./POP.	MUNIC./POP.	MUNIC./POP.
Bom Jardim 25.333	São Sebastião do Alto 8.895	Carmo 17.434	Petrópolis 295.917	Teresópolis 163.746
Duas Barras 10.930	Trajano de Morais 10.289	Macuco 5.269	São José do Vale do Rio Preto 20.251	-
Sumidouro 14.900	Santa Maria Madalena 10.321	Cantagalo 19.830	-	-
Nova Friburgo 182.082	-	Cordeiro 20.430	-	-
POP. TOTAL 233.245	POP. TOTAL 29.505	POP. TOTAL 62.963	POP. TOTAL 316.168	POP. TOTAL 163.746

Fonte: Censo IBGE, 2010.

O Quadro II mostra que, em um total de 805.627 habitantes (soma das populações totais), há sub-regiões mais adensadas, como é o caso, nesta ordem, de Petrópolis, Nova Friburgo e Teresópolis, graças aos seus “municípios capitais”, como também sub-regiões relativamente esvaziadas, tal como Santa Maria Madalena e, em menor grau, Cordeiro-Cantagalo. Se, de um lado, sobressaem os “municípios capitais”, de outro, estão os casos das cidades situadas na faixa de apenas 10 mil habitantes (Macuco, São Sebastião do Alto, Duas Barras, Trajano de Morais e Santa Maria Madalena). Partindo-se do princípio de que a população vai para onde o capitalismo se dirige (MARX, 1968), pode-se afirmar que esse espaço-objeto é marcadamente desigual do

ponto de vista (estrito) da geração de riqueza – fato que pode ser apreendido através de uma comparação entre os municípios mais e menos populosos.

Outros aspectos poderiam ser adicionados à localização da região serrana, como sua proximidade à região metropolitana fluminense e sua ligação rodoviária com essa última região pela BR-040 e pela Rota 116. Não obstante, os elementos apresentados são suficientes para os objetivos deste artigo.

2. Realidade econômica perdedora no contexto estadual: uma primeira aproximação analítica

É necessário examinar, ainda que sucintamente, a expressão realidade econômica perdedora. Aqueles que militam no campo do planejamento urbano e regional e os estudiosos das ciências territoriais devem reconhecer que essa referência é aqui usada como contraposição ao termo “regiões que ganham”, de George Benko e Alain Lipietz (1992). Nesse trabalho, inserido na crise do chamado fordismo (1970-80), os dois autores mostram que nem todos os lugares dos países centrais estavam na mesma situação de desalento, isto é, de crise econômica e de elevadas taxas de desemprego.

Para oferecer o adjetivo perdedora à região serrana, é preciso ter em conta que o Rio de Janeiro experimentou, a partir de meados dos anos 1990, certa dinamização da vida econômica, com especial destaque para os espaços das regiões² Norte, das Baixadas Litorâneas e da Costa Verde³. A esse respeito, os dados do Quadro III são bastante ilustrativos:

Quadro III: Variação do emprego formal em regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro, 1995-2008

REGIÕES DE GOVERNO	TOTAL DA VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL
Região Serrana	39,9%
Norte	169,1%
Costa Verde	148,1%
Baixadas Litorâneas	144,0%
Noroeste	68,0%
Centro-Sul	56,5%
Médio Vale do Paraíba	37,7%
Metropolitana	28,3%
Estado do Rio de Janeiro	38,1%

Fonte: RAIS/MTE.

No Quadro III, observa-se que três regiões apresentaram desempenho inferior ao da região serrana: o Médio Vale do Paraíba, a Metropolitana e o conjunto do estado. Tal fato não surpreende. E isso é explicado pelos seguintes fatores: a região metropolitana era, no período, uma região saturada economicamente e os investi-

mentos verificados em seus domínios eram mais do tipo *capital intensive* que *labor intensive*; o Médio Vale do Paraíba, apesar de seu dinamismo, assentado *grosso modo* no Complexo Metal-Mecânico, mostrava-se amplamente como poupador de mão de obra; e, por fim, a dinâmica do estado era resultado da reduzida capacidade de geração de postos de trabalho das regiões economicamente menos dinâmicas e dos investimentos baseados em tecnologias que dispensavam trabalhadores – como tudo isso é trivial, sua média foi puxada para baixo. Os 39,9% da região serrana comprovavam que no quesito emprego formal seu desempenho estadual era mesmo preocupante, quando considerada à luz de outras regiões de governo.

Quadro IV: PIB a preço de mercado por regiões de governo, 2010

REGIÕES DE GOVERNO	PIB A PREÇO DE MERCADO POR REGIÕES DE GOVERNO (R\$)
Região Serrana	15.583.078
Metropolitana	215.183.465
Norte	45.646.937
Médio Vale do Paraíba	29.368.835
Baixadas Litorâneas	21.336.446
Costa Verde	11.743.068
Centro-Sul	4.329.429
Noroeste	3.853.536
Estado do Rio de Janeiro	407.122.794

Fonte: CEPERJ, 2010.

Já no caso da comparação dos Produtos Internos Brutos (a preços de mercado), excluindo-se a região metropolitana, com seus 19 municípios, dado seu inegável peso econômico, pode-se dizer que a situação da RS não é das piores. No *ranking*, ela supera a região Noroeste, a Centro-Sul e a Costa Verde. Superar à região Noroeste não é um fato surpreendente, na medida em que, historicamente, essa região é fragilíssima em termos econômicos. Tampouco surpreende que a RS ultrapasse a produção de riqueza da região Centro-Sul, posto que, tratando-se de produção de riqueza social, o desempenho desta última se aproxima ao da Noroeste. Quanto à Costa Verde, superá-la não é, igualmente, espantoso. Embora aí estejam ocorrendo importantes investimentos, economicamente essa região se resume, no limite, ao município de Angra dos Reis.

Considerando esses aspectos, com exceção da região metropolitana fluminense, é razoável afirmar que a RS não soube ou não pôde acompanhar o dinamismo econômico vigente no Rio de Janeiro nas últimas décadas – tanto que ficou atrás até mesmo de regiões outrora débeis, como a Baixada Litorânea e a Norte. Ela também continuou atrás do Médio Vale do Paraíba, com seu passado industrial atualizado a partir de meados dos anos 1990, em função, entre outros, dos inves-

timentos automobilísticos que aí foram realizados. Vale ressaltar, novamente, que, conquanto tenha superado a região da Costa Verde, parece razoável não valorizar esse desempenho pelas razões já aludidas.

O descompasso econômico da região serrana no âmbito do estado fica ainda mais flagrante quando se considera a Receita Corrente Líquida *Per Capita* (Quadro V).

Quadro V: Receita corrente líquida per capita por regiões de governo, 2010

REGIÕES DE GOVERNO	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PER CAPITA (R\$)
Região Serrana (RS)	1.573,12
Norte	3.989,85
Costa Verde	3.506,81
Baixadas Litorâneas	2.338,77
Médio Vale do Paraíba	1.767,42
Noroeste	1.684,21
Centro-Sul	1.638,20
Metropolitana (RM)	1.369,21

Fonte: CEPERJ, 2010.

Os valores anteriores são impressionantes. A RS supera apenas a RM, e a razão disso é simples: tal região apresenta valores baixos pelo evidente gigantismo da sua população, que possui baixo poder de compra.

Certamente outros dados poderiam ser aqui expostos a fim de sustentar a tese de que a RS é perdedora no contexto estadual. Mas isso é desnecessário; não há nenhuma novidade no fato de ela se apresentar desse modo. Vale lembrar apenas que, durante a passagem do café pelo seu espaço na segunda metade do século XIX, tal produto nunca se mostrou um *tradeable*; ela também não soube realizar qualquer *take off* econômico, quando da industrialização do século XX. Em outras palavras, seu histórico de economicamente perdedora é, em termos agregados, antigo.

Concluindo, essa região nunca se mostrou capaz de fazer frente às transformações econômicas dos últimos 150 anos. No entanto, a novidade das duas últimas décadas é que, com o relativo soerguimento da economia fluminense, até mesmo regiões antes frágeis lograram acompanhar ou mesmo contribuir para a nova dinamicidade – esse não foi o caso da região serrana. É verdade que tal dinamicidade se deu, em parte, por desígnios da natureza, como acontece com a cadeia de petróleo e gás. Não obstante, nada disso pode servir de desculpa para o “atraso” por ela acumulado ao longo do tempo, inclusive nessa última conjuntura.

Como toda e qualquer região economicamente fragilizada, a RS deveria ser objeto de ações públicas urgentes, o que está, infelizmente, longe de acontecer. Acrescente-se que há aspectos relativos à sua história e às suas forças sociais que ainda carecem de estudos que desvelem os porquês mais profundos do fato de ela ser, há séculos, economicamente perdedora.

Pode-se argumentar que houve, em alguns dos municípios serranos, determinadas e bem-sucedidas experiências industriais, especialmente se se considera os casos de Petrópolis e Friburgo; porém, suas existências relativamente curtas e concentradas em dados setores/atividades anunciam a combinação de dois fatos: sua incapacidade de arrasto econômico e/ou sua fragilidade face ao dinamismo de experiências industriais (com seus ganhos de escalas etc.) de outros lugares do país, notadamente as do Estado de São Paulo em quase todo o século XX. Enfim, os protagonismos desses setores/atividades foram, principalmente, locais/regionais.

Cumprе acrescentar que as extraordinárias transformações tecnológicas, financeiras e comerciais ocorridas desde 1970 em todo o mundo, somadas à abertura comercial procedida no país a partir dos anos 1990, atingiram dramaticamente a estrutura produtiva existente na região serrana, agravando, assim, sua quase secular fragilidade, sobretudo quando ela é comparada com a região metropolitana fluminense e com os dados de São Paulo (CANO 1977; MELLO, 1984).

3. Realidade política e político-institucional desarticulada: uma segunda aproximação analítica

É razoável afirmar que os lugares possuem representatividade política em função de três critérios, isolados ou combinados: importância econômica, existência de político(s) que fale(m) por eles e contingente populacional traduzível em voto.

No que concerne ao primeiro critério, os apontamentos efetuados na seção anterior indicam que a região serrana é frágil economicamente, sendo incapaz de retirar daí uma base que a projete no cenário estadual e, menos ainda, no nacional (por exemplo, no nível das lutas federativas). Pode-se pensar, trivialmente, em municípios isolados capazes de falar, ainda que não em nome da região, pelo menos para si mesmos, tendo em vista a importância econômica deles. Logo, cabe a pergunta: existe na RS algum município com essa força? Pela sua importância na região, preliminarmente, o único que poderia desempenhar esse papel seria Petrópolis – esse tema será retomado adiante.

Já em relação ao segundo critério, observa-se que praticamente inexistе uma voz política que fale pelo município e/ou região. O Estado do Rio de Janeiro, como todos os estados da federação, possui três senadores (atualmente, Lindberg Farias, Francisco Dornelles e Marcelo Crivella), os quais detêm razoável expressão política no cenário nacional. No entanto, é mais ou menos consensual que nenhum deles tem a representatividade necessária nos governos estadual e federal para fazer frente às necessidades regionais de um modo geral. A isso, é preciso adicionar que seus domicílios eleitorais e bases de apoio/voto estão concentrados no município do Rio de Janeiro e entorno metropolitano. Quanto aos deputados federais, os 14 municípios analisados, com seus 805.627 habitantes, possuem, formalmente, somente dois deputados federais – Hugo Leal e Glauber Braga. O primeiro deputado federal é, em parte, vinculado ao município de Petrópolis, embora seus

votos sejam distribuídos por toda a região; o segundo é um claro filho de Nova Friburgo, com votos na área de influência dessa mesma sub-região. Em resumo, há evidentes dificuldades nesse quesito, com implicações ligadas à atração de recursos para o espaço-objeto, bem como para a formulação de políticas que contribuam efetivamente para a definição de algum projeto regional de desenvolvimento.

Referente ao terceiro critério, é notória a inexistência de um contingente populacional traduzível em voto (Quadro VI).

Quadro VI: Distribuição populacional pelas regiões de governo, 2010

REGIÕES DE GOVERNO	POPULAÇÃO
Serrana	805.627
Metropolitana	11.835.708
Médio Vale do Paraíba	855.193
Norte	849.515
Baixadas Litorâneas	810.666
Noroeste	317.493
Centro-Sul	272.227
Costa Verde	243.500
TOTAL	15.989.929

Fonte: Informações Socioeconômicas do Estado do Rio de Janeiro/SEBRAE-RJ.

Esses dados confirmam o óbvio: I) a grande participação populacional da região Metropolitana no conjunto – ela abarca 74% do contingente populacional; II) a participação diminuta das regiões Centro-Sul e Costa Verde; III) a participação relativamente equilibrada da região Serrana, das Baixadas Litorâneas e do Médio Vale do Paraíba e Norte. O resultado disso é que, com exceção da RM, as regiões examinadas possuem populações relativamente limitadas na contagem de voto. Considerando o exposto, além da fragilidade econômica, a RS tem dificuldade de eleger um número expressivo de parlamentares estaduais e, principalmente, federais, como mostra o Quadro VII:

Quadro VII: Participação do eleitorado pelas regiões de governo, 2010

REGIÕES DE GOVERNO	PARTICIPAÇÃO DO ELEITORADO NO TOTAL DO ESTADO (%)
Serrana	5,5
Metropolitana	72,7
Baixadas Litorâneas	5,6
Médio Vale do Paraíba	5,6
Noroeste	2,1
Centro-Sul	1,9
Costa Verde	1,4

Fonte: Municípios em Dados/Secretaria de Planejamento do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Assinale-se que não é somente a população relativamente limitada que, dados os problemas estruturais já apresentados, dificulta o soerguimento da economia da RS, mas também o fato de ela ser uma região historicamente desarticulada no âmbito político-institucional. Deve ser exposto que os termos “região” ou “região de governo” serrana foram empregados – emprego também feito por outros autores e por diversas instituições – mais por força do hábito que por efetivo rigor conceitual, sem contar que as bases de dados usadas seguem esses recortes. Dito de forma mais sucinta: a RS é um mosaico desarticulado, sendo quase uma ficção (o que não é uma exclusividade dessa região no âmbito estadual fluminense).

Possivelmente, a evidência mais marcante do que foi exposto seja a relação estabelecida entre os três principais municípios da RS (Petrópolis, Teresópolis e N. Friburgo), que, ao fim e ao cabo, são estranhos uns aos outros. Petrópolis, por exemplo, interage com centralidade apenas em relação a S. J. do Vale do Rio Preto; por outro lado, embora ele seja relativamente autossuficiente, em especial no que tange aos chamados serviços, também interage, de maneira expressiva, com o município do Rio de Janeiro – mas este último não pertence legalmente à sua região. Além desses dois municípios, Petrópolis se relaciona com Areal e Três Rios, que, igualmente, não pertencem a essa sub-região, bem como com Juiz de Fora, cidade localizada em Minas Gerais. Sendo essas suas principais interações, fica evidente seu “afastamento” regional. O município de Teresópolis, por sua vez, parece mais próximo da capital do estado, via Guapimirim (e, por conseguinte, Duque de Caxias), que de seu entorno regional serrano. N. Friburgo é o caso mais distinto. Como já destacado, esse município desempenha o papel de capital regional para Bom Jardim, Duas Barras e Sumidouro – ampliando um pouco mais, pode-se dizer que ele ocupa tal papel também para os municípios da sub-região de Sta. Maria Madalena. No entanto, frise-se que essa última sub-região, ou melhor, seus municípios, vem crescentemente se aproximando de Macaé, pertencente à microrregião Norte, devido ao seu recente crescimento econômico e à proximidade geográfica.

A RS é, portanto, praticamente uma ficção – isso fica claro quando a análise avança para além da chamada geografia física e do campo político-administrativo. O pouco de história em comum, especialmente a da época de passagem do café pelos seus domínios no século XIX e início do século XX, não sedimentou, em definitivo, qualquer identidade que pudesse levar a uma práxis de sonhos e projetos compartilhados. Tampouco sua expansão industrial deixou de ser, além de concentrada em poucas atividades/setores, restrita espacialmente. Outra expressão dramática é a extrema raridade de foros de discussão, inclusive para debater sua mais evidente característica: a de ser, de longa data, uma região perdedora econômica, política e institucionalmente.

4 Realidade social dramática: uma terceira aproximação analítica

Na terceira aproximação analítica, foram selecionados alguns elementos para examinar a realidade social da RS fluminense. Eles foram organizados em grupos, a partir dos seguintes aspectos: relação entre cor e raça; apropriação da riqueza gerada; escolaridade; acesso a serviços de consumo coletivos e à saúde.

Para a dimensão cor e raça, em comparação à apropriação da riqueza social, são apresentados os seguintes quadros e análises.

Quadro VIII: População residente nas sub-regiões, por cor e raça⁴, 2010

COR E RAÇA	SUBREGIÃO					TOTAL
	1 (Nova Friburgo)	2 (Petrópolis)	3 (Teresópolis)	4 (Cantagalo- -Cordeiro)	5 (Santa Maria Madalena)	
Branca	164.726	201.251	83.120	32.660	14.829	496.586
Preta	21.262	34.264	14.120	12.535	4.822	87.003
Parda	45.334	79.273	43.964	17.364	9.647	195.582
Amarela	1.743	1.145	701	378	181	4.183
TOTAL	233.065	315.933	141.905	62.937	29.479	783.319

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Os dados do Quadro VIII atestam a prevalência branca da região serrana: Nova Friburgo, 70,7%; Petrópolis, 63,7%; Teresópolis, 58,6%; Cantagalo-Cordeiro, 51,9%; Santa Maria Madalena, 50,3%. Como o item cor e raça é registrado pelo IBGE através da autodeclaração do entrevistado, não sendo incomum que uma parcela de pardos eleja a opção de raça branca (embora esse tipo de “desvio” venha diminuindo sensivelmente), há uma tendência a superestimar o total de brancos e a subestimar o de pardos. Apesar disso, percentualmente, é claro o fato de que a população serrana, no quesito analisado, se aproxima mais do Sul do país que propriamente da Região Sudeste, da qual ela faz parte. Isso posto, vale a pena observar, ainda, que esse mesmo espaço apresenta marcada discriminação de rendimento, quando considerada a população preta e parda *vis-à-vis* à branca. Em relação a esse ponto, como uma espécie de *proxy* regional, tendo em vista apenas o município de Petrópolis, economicamente mais dinâmico, vide o Quadro IX:

Quadro IX: Renda bruta média mensal por domicílio e renda nominal média mensal, 2010 (em Reais)

BRANCOS	PETRÓPOLIS
-Renda bruta média mensal por domicílio	-1.613,69
-Renda nominal média mensal	-541,17
PRETOS	
-Renda bruta média mensal por domicílio	-794,63
-Renda nominal média mensal	-266,61
PARDOS	
-Renda bruta média mensal por domicílio	-916,16
-Renda nominal média mensal	-270,67
OUTROS	
-Renda bruta média mensal por domicílio	-814,15
-Renda nominal média mensal	-314,81

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010 (Base SIDRA).

No que concerne à educação, foram considerados, conforme o Quadro X, dois indicadores: I) pessoas alfabetizadas de cinco anos ou mais de idade, seguido de sua referente taxa em percentual; II) pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução.

Quadro X: Indicadores educacionais selecionados, por sub-regiões, 2010

MUNICÍPIOS POR SUB-REG.*	ALFABETIZAÇÃO – 5 ANOS OU MAIS		ALFABETIZAÇÃO – 25 ANOS OU MAIS			
	Pessoas	Taxa (%)	S/ instr. e fundam. Incompleto	Fund. Compl. e médio Incompleto	Médio. Compl. e superior Incompl.	Superior Compl.
Nova Friburgo	161.972	94,31	57.332	20.245	26.804	13.943
Bom Jardim	21.264	89,46	10.608	1.956	2.203	1.057
Duas Barras	9.036	88,64	4.368	692	1.154	338
Sumidouro	11.763	84,50	7.203	739	742	280
Petrópolis**	266.036	95,41	88.778	31.992	44.712	22.792
S. J. do Vale do Rio Preto	17.052	90,06	8.374	1.423	1.678	583
Teresópolis	142.581	92,73	51.430	15.597	21.216	12.394
S. Maria Madalena	8.460	87,44	4.071	825	1.232	279
S.S. do Alto	7.159	85,96	3.833	568	1.080	170
Trajano de Moraes	8.222	85,40	4.374	759	1.076	219
Cantagalo	16.758	90,46	6.755	1.671	2.982	872
Cordeiro	17.944	93,47	5.838	2.042	3.628	1.253
Carmo	14.650	89,81	5.948	1.619	2.620	723
Macuco	4.449	91,51	1.765	302	937	194

Fonte: IBGE, Censo 2010. *Os municípios em negrito emprestam seus nomes às microrregiões;

**No caso desse município, aparecem números referidos como Não Determinado, os quais perfazem um total de 338 pessoas. Isso também vale para S. J. do Vale do Rio Preto (11 pessoas), Teresópolis (141 pessoas), Cantagalo (42 pessoas), Cordeiro (23 pessoas), Carmo (18 pessoas) e Macuco (3 pessoas).

Na coluna da alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais de idade, observa-se que metade dos municípios da região alcança um percentual superior a 90%, dos quais, excetuando-se São José do Vale do Rio Preto e Macuco, cinco emprestam seus nomes às sub-regiões em que estão inscritos. Por outro lado, dos sete municípios com percentuais inferiores a 90%, três deles registram taxas em torno de 85% (Sumidouro, S. S. do Alto e Trajano de Moraes), sendo dois deles da sub-região de Santa Maria Madalena, a que apresenta o mais problemático dinamismo econômico. No geral, pode-se dizer que, pelo menos nesse quesito, a situação serrana é boa.

Para uma análise mais aprofundada, vale reler a terceira coluna, referente às pessoas com 25 anos ou mais de idade por nível de instrução, em termos percentuais (Quadro XI):

Quadro XI: Pessoas com 25 anos ou mais de idade, por nível de escolaridade*, por sub-regiões (Percentuais)

MUNICÍPIOS POR SUB-REG.*	S/ INSTR. E FUNDAMENTAL INCOMPLETO	FUND. COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO	MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO	SUPERIOR COMPLETO
Nova Friburgo	35	12	16	09
Bom Jardim	50	09	10	05
Duas Barras	48	08	13	04
Sumidouro	61	06	06	02
Petrópolis**	33	12	17	09
S.J. do Vale do Rio Preto	49	08	10	03
Teresópolis	36	11	15	09
S. Maria Madalena	48	10	15	03
S.S. do Alto	54	08	15	02
Trajano de Moraes	53	09	13	03
Cantagalo	40	10	18	05
Cordeiro	33	11	20	07
Carmo	41	11	18	05
Macuco	40	07	21	04

Fonte: IBGE, Censo 2010. Esse quadro foi elaborado a partir do quadro anterior. *Os percentuais foram calculados em relação à população total, conforme a primeira coluna, o que explica que as somas dos percentuais por linha não totalizam 100%.

Da leitura, constata-se que as taxas de alfabetização relativamente altas do Quadro X mascaram a realidade social da região, na medida em que, como mostra o Quadro XII, na média, aproximadamente 45% da população com 25 anos ou mais não possui qualquer grau de instrução ou somente possui o Ensino Fundamental incompleto⁵, isto é, a população, na média, possui menos que oito anos de escolaridade. Caso somados os percentuais constantes da terceira coluna

do Quadro XI, que considera o Ensino Fundamental completo e o Ensino Médio incompleto, verifica-se que o percentual precedente sobe para quase 55% (45% + 9,43%). Em outras palavras: pouco mais da metade da população serrana possui, no máximo, 11 anos de escolaridade, sendo que desta população mais ou menos 45%, quando muito, alcança oito anos de presença nos bancos escolares. Por outro lado, relativo ao Ensino Superior completo, com exceção de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, que alcançam o percentual de 9%, e de Cordeiro, com seus 7%, os demais municípios possuem no máximo 5% da população com esse nível de escolaridade. Sublinhe-se que anos de escolaridade, especialmente nas primeiras séries, não equivale, sempre, ao efetivo conhecimento do período escolar cursado.

Os dados analisados revelam *per se* mais um tipo de constrangimento ao desenvolvimento, de um modo geral, da região e, em particular, à qualificação de sua economia, sobretudo relativo à gestão propriamente dita e à realização de operações que demandam níveis de escolaridade mais elevados.

Para os chamados serviços de consumo coletivos por domicílios, foram utilizados os seguintes indicadores: existência de energia elétrica; tipo de esgotamento sanitário; forma de abastecimento de água; destino do lixo (Quadro XII).

Quadro XII: Indicadores de acesso aos serviços de consumo coletivo selecionados, por domicílios e sub-regiões, 2010

MUNICÍPIOS POR SUB-REG.*	EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA		TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO		FORMA DE ABASTECIM. DE ÁGUA		DESTINO DO LIXO	
	TINHAM	NÃO TINHAM	REDE GERAL **	OUTRAS FORMAS ***	REDE GERAL	OUTRAS FORMAS ****	COLET. SERV. DE LIMP.	OUTRAS *****
Nova Friburgo	63.440	90	42.140	16.178	47.994	15.536	53.956	9.574
Bom Jardim	8.448	15	3.820	1.711	4.918	3.545	7.158	1.305
Duas Barras	3.536	15	854	1.041	1.920	1.631	952	2.599
Sumidouro	5.050	23	953	1.724	1.471	3.602	2.784	2.289
Petrópolis**	96.208	111	69.204	27.115	55.183	41.136	47.343	48.976
S. J. do Vale do Rio Preto	6.495	6	1.299	5.202	3.138	3.363	895	5.606
Teresópolis	53.736	46	18.671	35.111	37.789	15.993	41.484	12.298
S. M. Madalena	3.448	14	1.676	691	1.694	1.768	1.675	1.787
S.S. do Alto	2.729	28	1.113	524	1.409	1.348	1.586	1.171
Traj. de Moraes	3.250	33	831	858	1.220	2.063	1.367	1.916
Cantagalo	6.405	18	4.223	2.200	4.940	1.483	4.943	1.480
Cordeiro	6.599	4	5.264	1.339	6.106	497	6.338	265
Carmo	5.733	8	3.824	1.17	5.151	590	5.311	430
Macuco	1.649	3	1.507	145	1.533	119	1.546	106

Fonte: IBGE, Censo 2010. *Os municípios em negrito emprestam seus nomes às microrregiões; **Rede geral de esgoto ou pluvial; ***Fossa séptica ou rudimentar; ****Poço ou nascente na propriedade, poço ou nascente fora da propriedade, carro-pipa ou água da chuva, rio, açude ou igarapé, poço ou nascente na aldeia, poço ou nascente fora da aldeia e outras; *****Coletado em caçamba de serviço de limpeza, queimado (na propriedade), enterrado (na propriedade), jogado em terreno baldio ou logradouro, jogado em rio (ou mar ou lago) e outro destino.

Os números sobre a existência ou não de energia elétrica (segunda coluna) são expressivos. Eles revelam que energia elétrica não é um problema da região examinada. Já no que diz respeito aos demais aspectos (colunas 3, 4 e 5), são verificados diferentes problemas, e estes são graves. Veja-se o caso do tipo de esgotamento sanitário: em Nova Friburgo, por exemplo, as formas inadequadas, apesar das suas variações, chegam a 1/3 da considerada adequada (rede geral de esgoto). Há casos em que as porcentagens das formas inadequadas são até mesmo superiores às adequadas, como em São José do Vale do Rio Preto, Teresópolis, entre outros.

Em relação ao abastecimento de água, a situação é um pouco menos grave que a do esgotamento sanitário; no entanto, ela não pode ser tida sequer como razoável. Na verdade, é ruim, como exemplificam os resultados de São José do Vale do Rio Preto e de Santa Maria Madalena. O mesmo pode ser dito para o destino do lixo, como ilustrado por Duas Barras e Petrópolis⁶.

No quesito saúde, muitos indicadores poderiam ser aqui alinhados, e, a partir deles, demonstrar que a situação da RS apresenta aspectos positivos, razoáveis e, no pior dos casos, dramáticos. Para uma apreciação mais ampla, ainda que o que se segue seja relativamente antigo, o Plano Estadual da Saúde/Ministério da Saúde (2007) destaca o seguinte:

Quadro XIII: Principais problemas de saúde da Região Serrana

MACROPROBLEMA	DESCRITORES
1. Insuficiente cobertura do PSF.	Cobertura de 23,87%
2. Deficiência nas ações de saúde da área materno-infantil.	Insuficiência de leitos em UTI neonatal; elevada taxa de morbimortalidade infantil; e baixa cobertura de pré-natal.
3. Dificuldade de acesso aos serviços de média e alta complexidade; dificuldades para implementação da Noas e da microrregionalização.	Demora na marcação de consultas; uma parcela considerável da população fica sem acesso a esses tipos de serviços; demora no atendimento, em função da existência de longas filas de espera.
4. Deficiência no sistema de informação.	Inexistência de banco de dados para monitorar uma fração dos indicadores da Programação Pactuada Integrada de Epidemiologia e Controle de Doenças - PPIECD, escassez e dificuldade na análise dos dados; e não utilização dos dados para o planejamento.
5. Dificuldades na regulação dos sistemas municipais de saúde por parte dos gestores municipais.	Prefeituras de alguns municípios não alocam seus recursos diretamente no FMS; baixa capacidade de negociação com o setor privado conveniado, devido à forma de financiamento (centralizado na SES/RJ).

Fonte: Plano Estadual de Saúde (SES), 2001.

Em que pese a data do diagnóstico, o fato de a reunião de 2007 se basear no quadro anterior sugere que o que nele constava em 2001 era ainda tido como válido. De qualquer maneira, o problema da validade do diagnóstico, associado aos

anos transcorridos desde o período de sua formulação até os dias correntes, sempre levanta a suspeita de desatualização. Não obstante, consideradas as dificuldades regionais assinaladas em outras partes, a carta-compromisso (Quadro XIV) da região serrana fluminense, constante do mesmo documento de 2007 (p. 65), não dá margem para dúvidas quanto à realidade da saúde na região.

Quadro XIV: Carta-compromisso da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, 2007

Falta de investimento no setor público nos municípios que a compõem;
Rede hospitalar hegemônica pelo setor privado;
Modelo assistencial pautado na doença;
Terceirização de recursos humanos;
Consórcio da região sem controle social;
Existência de conselhos de saúde não-paritários e sem autonomia;
Ausência de plano de cargos, carreiras e salários.

Fonte: Brasil, Ministério da Saúde, 2007.

Por fim, cumpre considerar as informações do parecer do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) de 2013, no qual, em uma escala de zero a dez, o Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (IDSUS) da região oscila ao redor de 5. Petrópolis, tendo em vista o Programa Estratégia da Família, recebeu do IDSUS uma avaliação bastante dura: foram feitas críticas à admissão irregular de pessoal, à composição irregular das equipes de saúde, ao descumprimento das condições de acessibilidade às unidades de saúde, à ausência de mobiliários e equipamentos mínimos, à aquisição e ao armazenamento inadequado de medicamentos, entre outros.

Em conclusão, os dados analisados revelam quão dramática é a situação da RS e quanto ainda precisa ser feito para que ela supere esse quadro.

5. Considerações finais: o desenvolvimento regional e o lugar das maiorias populacionais. O que fazer?

Em linhas gerais, a análise demonstrou que a região serrana é: a) historicamente perdedora em termos econômicos; b) desarticulada nos âmbitos políticos e político-institucionais; c) socialmente perversa com as suas maiorias populacionais. Tais características não podem ser entendidas sem um exame profundo da história da formação social e do padrão ou padrões de desenvolvimento de cada uma delas, respeitando, ressalte-se, as diferenças que elas mantêm entre si. Tarefas desse tipo não são simples – e não podem ser abordadas neste artigo. No entanto, parece razoável afirmar que o soerguimento da RS exige a redefinição das suas relações econômicas, políticas, institucionais e sociais, a fim de que seja estabelecido um novo padrão de desenvolvimento para ela.

As chamadas vias do desenvolvimento são múltiplas. Nas falas de muitos políticos profissionais e de associações empresariais, embora não exclusivamente, é comum a defesa da atração de grandes empresas, da montagem de distritos industriais, da definição de políticas favoráveis à estruturação de polos tecnológicos e da formação de mão de obra qualificada como “as” soluções para os problemas da RS. Mesmo supondo que essas tentativas, isoladas ou em combinação, sejam bem-sucedidas, é necessário observar que elas não garantem a construção de um padrão de desenvolvimento que dê voz, de forma efetiva e democrática, à região e que gere reais efeitos encadeados de desenvolvimento e de justiça sociodistributiva. Afinal, crescimento econômico, sobretudo quando é concentrador e “excludente”, está longe de poder ser identificado com construção societária “equilibrada” espacial e economicamente.

O fosso social, ou melhor, o fosso de classe, existente na região serrana fluminense ainda merece um pouco mais de atenção. A esse respeito, observe o Quadro XV:

**Quadro XV: Pessoas de 10 anos ou mais,
segundo a posição na ocupação por sub-regiões, 2010**

POSICÃO NA OCUPAÇÃO	EMPREGADOR	EMPREGADOS	EMPREGADOS COM CARTEIRA ASSINADA	EMPREGADOS S/ CARTEIRA ASSINADA	MILITAR E FUNCIONÁRIO PÚBLICO	CONTA PRÓPRIA	OUTROS (NÃO REMUNERADO + TRABALHAD. PARA O PRÓPRIO CONSUMO)	TOTAL
SUB-REG. 1								
Nova Friburgo	3.364	66.460	49.188	14.372	2.900	23.798	2.012	95.634
Bom Jardim	166	8.942	5.462	2.739	741	3.091	495	12.694
Duas Barras	34	4.225	1.912	1.895	418	1.349	143	5.751
Sumidouro	95	4.568	1.185	2.894	489	4.016	169	8.848
SUBTOTAL 1	3.659	84.195	57.747	21.900	4.548	32.254	2.819	122.927
SUB-REG. 2								
S. S. do Alto	32	2.537	1.209	1.106	223	1.101	153	3.823
Traj. de Moraes	31	3.047	1.251	1.465	331	1.023	461	4.562
S. M. Madalena	69	3.507	1.642	1.207	658	866	83	4.525
SUB-TOTAL 2	132	9.091	4.102	3.778	1.212	2.990	697	12.910
SUB-REG. 3								
Cantagalo	196	7.176	4.584	1.946	646	1.826	697	9.895
Cordeiro	210	7.446	4.909	1.607	930	1.891	159	9.706
Carmo	60	5.839	3.401	1.789	650	1.379	159	7.437
Macuco	61	1.721	1.185	316	220	265	62	2.109
SUBTOTAL 3	527	22.182	14.079	5.658	2.446	5.361	1.077	29.147
SUB-REG. 4								
Petrópolis	4.025	103.170	75.210	23.164	4.796	32.241	1.556	140.992
S. J. do V. do Rio Preto	255	6.636	2.999	3.052	585	2.806	540	10.237
SUBTOTAL 4	4.280	109.806	78.209	26.216	5.381	35.047	2.096	151.229
SUB-REG. 5								
Teresópolis	2.036	52.818	33.676	15.769	3.373	20.492	1.106	76.452
SUBTOTAL 5	2.036	52.818	33.676	15.769	3.373	20.492	1.106	76.452
TOTAL	10.634	278.092	187.813	73.321	16.960	96.144	7.795	392.665

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Entre outros aspectos, esse quadro mostra que menos de 3% das pessoas de 10 anos ou mais, segundo a posição na ocupação, são empregadores. Por regiões, esses percentuais são os seguintes: Nova Friburgo, 2,9%; Petrópolis, 2,8%; Teresópolis, 2,7%; Cantagalo-Cordeiro, 1,8%; Santa Maria Madalena, 1%. Nesses percentuais, há empregadores com importâncias econômicas bem distintas, o que tende a reduzir, por vezes drasticamente, o número dos verdadeiros “donos da região” – ou seja, os que se apropriam das maiores parcelas da renda e da riqueza regionais.

Esses dados apontam para a natureza marcadamente concentradora da economia da região. Pode-se argumentar que essa assertiva é falsa, dado o expressivo contingente de trabalhadores por conta própria. Nesse grupo, pode haver profissionais altamente qualificados, estando alguns deles inscritos nas redes de proteção social trabalhista e previdenciária. Todavia, quem estuda criticamente a formação social brasileira sabe que esse não é, certamente, o caso da maioria dos trabalhadores que integram/definem essa posição na ocupação. Na mesma linha, também é assustador o fato de que quase 20% (73.321) do total da última coluna do quadro (392.665) seja constituído por Trabalhadores Sem Carteira Assinada, ou seja, sem qualquer tipo de inscrição nas redes supracitadas. Acrescente-se que, nesse último grupo, estão 2% das pessoas Não Remuneradas e que produzem para seu Consumo Próprio, isto é, aqueles que estão à margem de uma sociedade que é generalizadamente mercantil (a sociedade capitalista).

A adição analítica desse corte de classe (de inspiração marxista, sublinhe-se), que aponta para a apartação social, de renda e de riqueza, em sociedades periféricas e economicamente frágeis, como é o caso da RS, não pode ser olvidada. Nesse sentido, não se pode negar que há uma questão de classe que ajuda, igualmente, a desvelar o porquê da manifesta iniquidade presente na região – iniquidade que é ética, política e ideologicamente inaceitável, posto que a região poderia ser estruturada de maneira diversa.

Levando em consideração os argumentos acima, uma pergunta deve ser feita: quais são os donos da região serrana? Dito de outro modo, quem são os sujeitos sociais que integram os referidos 3%? Embora essa questão não possa ser respondida aqui, ficando, pois, para um próximo estudo, não resta dúvida de que ela é uma pergunta-chave. Afinal, não há processo social sem sujeitos sociais, assim como não há processo social sem beneficiários. Além disso, em trabalhos posteriores, precisam ser examinadas as articulações de tais sujeitos em escalas que ultrapassem a região serrana, como a estadual, por exemplo. Assinale-se, mais uma vez, a necessidade de reconhecer que o processo de desenvolvimento – notadamente de regiões como a RS, com populações que possuem alto grau de fragilidade social – exige políticas públicas estaduais e nacionais territorializadas e evidentes enfrentamentos sociais.

Uma última indagação: como município mais populoso e economicamente mais importante da RS, o que, substantivamente, Petrópolis pode fazer para o soerguimento societário serrano? Essa é, sem dúvida, uma questão importante. Contudo, pelo exposto e baseados em outro estudo (NATAL, 2015), os autores

deste artigo expressam certo desânimo em relação a esse propósito. Tal posicionamento advém, entre outros, do descolamento de Petrópolis em relação à região, do conservadorismo e da miséria intelectual de grande parte de sua elite e também da limitada participação social das suas maiorias populacionais, largamente seduzidas por idealizações mistificadoras construídas a partir da etiqueta de “Cidade Imperial, Cidade Aprazível e Turística”.

Notas

- 1 Há uma discussão subjacente a esse termo, qual seja: o debate sobre a noção de região. Ainda que seja cara aos geógrafos, neste artigo, os autores não a retomam, pois esse movimento é desnecessário ao argumento desenvolvido.
- 2 Aqui, e nas seções seguintes, será utilizada apenas a categoria *regiões de governo* usada pelo governo do Rio de Janeiro. Esta categoria está presente em muitas das análises e publicações do governo, as quais, por sua vez, seguem as bases de dados do IBGE.
- 3 Nas duas primeiras regiões, é de grande importância a cadeia de petróleo e gás; na terceira, sobressai a reativação da indústria naval. No caso das Baixadas Litorâneas, pode ser sublinhada a melhoria das finanças públicas de seus municípios. Para outras informações, ver: *Município em Dados*, da Secretaria de Planejamento do ERJ.
- 4 Os termos cor e raça são utilizados em conformidade com a classificação do IBGE.
- 5 Tais 45% resultam da soma dos percentuais constantes da segunda coluna, dividida por 14 (o número de municípios da região-objeto).
- 6 A esse respeito, embora com uma regionalização diferente da aqui utilizada e com referência ao ano de 2007, ver: Brasil, Ministério da Saúde, 2007.

Referências

BENKO, G.; LIPIETZ, A. **Les regions qui gagnent: districts e reseaux: les nouveaux paradigmes de la geographie economique.** Paris: PUF, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **1º seminário de gestão participativa em saúde da região serrana do Rio de Janeiro/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.** Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** Brasília, DF: Anos diversos, 2015.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1977.

MELLO, J. C. de. **O capitalismo tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **PIB Estadual e Municipal.** Rio de Janeiro: CEPERJ 2010.

_____. **Receita corrente líquida per capita por regiões de governo.** Rio de Janeiro: CEPERJ, 2010.

IBGE. **Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARX, K. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

NATAL, J. **Desenvolvimento e políticas públicas na região serrana fluminense: uma região perdedora.** Rio de Janeiro: Memória Visual, 2013.

_____. **Rede urbana, dinâmica econômica e questão social: o estado do Rio de Janeiro pós-1995.** Rio de Janeiro: Publicati Editora, 2005.

NATAL, J., COSTA, D.; MIRANDA, D. **Discursos hegemônicos e o desenvolvimento contemporâneo de Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: uma contribuição à crítica da sua formação social.** Petrópolis, RJ: Palácio Itaboraí; Fundação Oswaldo Cruz, 2013 (mimeo).

_____. Discursos hegemônicos e o desenvolvimento contemporâneo de Petrópolis, Rio de Janeiro/Brasil – uma contribuição à crítica da sua formação social. In: **Cidades e capitalismo – a barbárie urbana contemporânea em diferentes espaços.** 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro. **Plano Estadual de Saúde.** Rio de Janeiro: SES/ERJ, 2001.

RIO DE JANEIRO (Estado). Subsecretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro. **Municípios em dados.** Rio de Janeiro: Prefeitura, S/d.

SEBRAE/RJ. **Informações socioeconômicas do estado do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: SEBRAE, 2010.